

HABEAS CORPUS Nº 570.142 - ES (2020/0078333-3)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : ADRIANNA DA SILVA SOUZA GEREMIAS
ADVOGADO : ADRIANNA DA SILVA SOUZA GEREMIAS - ES028685
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PACIENTE : LUANN FERREIRA DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUANN FERREIRA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

O paciente encontra-se preso preventivamente desde 2/9/2019 pela suposta prática do delito previsto no art. 16, parágrafo único, IV, da Lei n. 10.826/03.

Assevera o impetrante que o paciente possui bons antecedentes, pessoa íntegra, pai de família, residência fixa, trabalho certo e sua liberdade afeta diretamente o sustento dos filhos menores, que financeiramente dependem exclusivamente do pai. Inexistem, pois, motivos para que sua prisão preventiva seja mantida.

Alega, ainda, excesso de prazo para a formação da culpa, visto que já se passaram 5 meses e a instrução processual sequer teve início, bem como a possibilidade de fixação de medidas diversas da prisão previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

O impetrante requer a concessão da liminar a fim de seja revogada a prisão preventiva do paciente.

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

Superior Tribunal de Justiça

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. **1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente